

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda o relato da situação que a seguir se descreve. Ocorreu no Hospital de São Bernardo, Setúbal.

Um utente com 83 anos deu entrada neste hospital, no dia 14 de setembro, transportado de ambulância, por apresentar um quadro de fere alta e prostração. Nessa mesma noite foi admitido no serviço de urgência e ficou em observação. À sua família pouca informação foi dada, a não ser esta mesma: teria de ficar em observação.

Nos dias 15 e 16 de agosto continuou no serviço de observação e à família continuou a não ser dada mais informação, nem diagnóstico, prognóstico ou situação clínica do utente. No dia 17 o filho do utente em questão dirigiu-se ao hospital com o intuito de saber mais informação sobre o seu pai. Tendo conseguido que o levassem até ao seu pai, viu que o mesmo continuava em observação, mas numa maca num corredor junto ao serviço de urgências, assim como outros utentes. Foi-lhe dito que o seu pai seria proposto para internamento. No entanto, nos dias 18 e 19 continuava em SO no mesmo corredor, muito provavelmente por falta de capacidade de internamento neste hospital.

Esta situação fere os direitos do utente e da sua família de várias formas: em primeiro lugar, o utente em causa foi mantido num corredor, em observação, simplesmente porque não conseguiam fazer o internamento. No local onde esteve vários dias as condições estavam longe de ser as adequadas (luzes acesas 24h por dia, pessoas a passar constantemente de um lado para o outro, etc.); por se encontrar em SO e não em internamento (onde deveria estar) não pode ter visitas e acompanhamento, tendo ficado privado de um direito importantíssimo; a família foi deixada quase sem contacto com o utente e sem que lhe fosse dada informação adequada.

Tudo isto é não só lamentável, mas censurável, pelo que se considera que o Governo deve averiguar esta situação e idênticas práticas neste e noutros hospitais. A prestação de cuidados de saúde adequados, o direito ao acompanhamento e o direito à informação não podem ser

sonogados ou postos em causa desta forma.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Considera estas práticas aceitáveis?
3. Não considera que foram postos em causa princípios e direitos como a prestação adequada de cuidados, o direito a acompanhamento e o direito à informação?
4. Que fará o Governo para averiguar este caso e outros hipotéticos neste e noutros hospitais?
5. Que fará para garantir que os direitos dos utentes e das suas famílias e/ou pessoas significativas não são colocados em causa?

Palácio de São Bento, 23 de setembro de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)

JOANA MORTÁGUA(BE)